

#114

SEU
DINHEIRO

247

A SUA REVISTA DE FINANÇAS PESSOAIS

BOVESPA

O NOVO IBOVESPA

*Índice será reformulado: saiba quem
sobe e quem desce na Bovespa*

OFERECIMENTO:

CAIXA
SEGUROS

FRANQUIAS
PARA TODOS
SETOR TENTA
ATRAIR TAMBÉM A
CLASSE C

SHOPPINGS
EM ALTA
CRESCIMENTO
OFERECE EMPREGOS
COM ALTOS SALÁRIOS

FORA DO
VERMELHO
NÚMERO DE FAMÍLIAS
ENDIVIDADAS
VOLTA A CAIR

CRÉDITO
GARANTIDO
SEGMENTO
DEFENDE NOVA
REGULAMENTAÇÃO

O PESO DA
SONEGACÃO
IMPOSTOS NÃO
PAGOS NO PAÍS
SUPERAM R\$ 300 BI

FIQUE POR DENTRO DO NOVO IBOVESPA

*Bancos serão maior setor do novo índice
e siderurgia perderá peso; mudanças
serão implementadas em 2014*



Do Infomoney

São Paulo - A nova estrutura do Ibovespa, que começa a valer no ano que vem, vai mudar a composição setorial do índice, com bancos tomando a primeira posição do setor de petróleo, enquanto os setores siderúrgico e de construção perderão peso.

A partir de maio, quando começa a valer plenamente a nova estrutura do principal índice acionário brasileiro, o setor de bancos deve passar da posição atual de 15 por cento para 20 a 25 por cento da carteira, segundo simulações feitas pelo BB Investimentos e pela gestora Quantitas Asset Management.

Os dados consideram números atuais e devem mudar até maio, conforme o desempenho da cotação dos papéis de cada empresa.

As empresas de siderurgia devem passar de 7% para 3%, enquanto o setor de petróleo e petroquímica ficará praticamente estável, entre 16% a 17%

“Por terem capitalização grande e liquidez boa, os bancos vão ganhar muito peso”, afirmou Marcos Fritzen, sócio da Quantitas.

Juntos, os quatro maiores bancos listados em bolsa - Bradesco (BBDC4), Itaú Unibanco (ITUB4), Banco do Brasil (BBDC4) e Santander (SANB11) - têm valor de mercado conjunto de cerca 430 bilhões de reais, enquanto as blue chips Vale e Petrobras têm valor de mercado de 186 bilhões e 238 bilhões de reais, respectivamente.

O aumento da participação se deve principalmente à inclusão na estrutura do Ibovespa do valor de mercado do capital das empresas em circulação, diferente do modelo atual, que dá mais peso à liquidez dos papéis.

Pelo mesmo motivo, o setor de consumo ganhará maior destaque, ampliando o peso de 8 por cento para uma faixa de 10 a 13 por cento. No movimento oposto, o setor de construção passará a representar apenas cerca de 2,5 a 3 por cento do índice, ante fatia atual de 10 por cento, segundo as projeções.

As empresas de siderurgia devem passar de 7 para 3 por cento, enquanto o setor de petróleo e petroquímica ficará praticamente estável, entre 16 a 17 por cento. As alterações no principal índice do mercado acionário brasileiro começam a valer parcialmente em janeiro e a mudança completa valerá apenas a partir de maio.

Segundo o analista do BB Investimentos Hamilton Moreira Alves, a mudança pode gerar maior movimentação de opções de ações de outras empresas, além

das tradicionais Petrobras (PETR3, PETR4) e Vale (VALE3, VALE5). “Agora para fazer um rali na Bovespa vai ser preciso um poderio muito maior”, disse.

A alteração na metodologia do índice vai praticamente eliminar as diferenças entre o Ibovespa e os índices IBrX e IBrX50, considerados melhores referências do mercado brasileiro, já que não levam tanto em conta a liquidez das ações, disse o sócio da Cultinvest Asset Management, Walter Mendes.

“As mudanças vão deixar o índice mais realista e menos volátil do que é hoje, o que dará menos margem para a especulação”, afirmou Mendes.

Também haveria uma aproximação com o índice MSCI Brazil, referência para investidores estrangeiros. “Hoje o estrangeiro vê o Ibovespa flutuando com algumas ações e não gosta disso. Para ele o mercado não flutua tanto quanto para a gente.”

Papéis que entraram

As mudanças nos critérios de ponderação também vão provocar entradas e saídas de alguns papéis do índice.

Segundo a Quantitas, entre as possíveis entradas estão BB Seguridade (BBSE3), Qualicorp (QUAL3), Arteris (ARTR3), Estácio Participações (ESTC3), Ecorodovias (ECOR3), Even (EVEN3), Tractebel Energia (TBLE3), HRT (HRTP3), Raia Drogasil, a preferencial da Ambev (AMBV4), Odontoprev (ODPV3), Multiplan (MULT3), Multiplus e Marcopolo

(POMO4).

Já as saídas podem incluir OGX (OGXP3), Vanguarda Agro (VAGR3) e o papel ordinário da Usiminas (USIM3, USIM5). A saída da petroleira OGX é um dos movimentos mais aguardados pelo mercado, pois apesar de seu baixo valor nominal, seu peso no índice é expressivo porque o papel é muito negociado. Atualmente, o papel é cotado a cerca de 40 centavos.

Durante o início da crise vivida pelo grupo EBX de Eike Batista, a ação da petroleira foi a principal responsável pelo descolamento do índice Ibovespa em relação ao IBrX50, segundo o analista Ulisses Baptista da BI&P Corretora.

“Para o mercado é ótimo que não ocorra novamente um episódio como o da OGX”, disse, referindo-se ao piso de 1 real por ação estipulado pela bolsa para a nova composição do índice.

“Você tem um índice um pouco mais competitivo, mais difícil de bater por ter um critério mais ligado à realidade. Não vai ter, por exemplo, a OGX ganhando espaço com o aumento da negociação”, afirmou o gestor Frederico Mesnik, da Humaitá Investimentos.

FRANCHISING PARA TODOS

*Setor de franquias quer democratizar
o sistema para a classe C*



Alana Gandra
Repórter da Agência Brasil

Rio de Janeiro - O mercado brasileiro de franquias pretende investir, cada vez mais, na democratização do sistema. Os financiamentos oferecidos pelos bancos oficiais e pelas agências de fomento estaduais, como a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste e a Agência de Fomento do Rio de Janeiro (AgeRio), que oferecem taxas de juros reduzidas, facilitam o acesso da classe C às microfranquias.

A avaliação é do presidente da Associação Brasileira de Franchising do Rio de Janeiro (ABRF-RJ), Beto Filho, em entrevista à Agência Brasil, ao participar da cerimônia de abertura da 7ª Feira Rio Franchising Business, no Rio-centro. “Ela pode se habilitar, porque nós temos franquias a partir de R\$ 10 mil”. Segundo

R\$ 103,2 bi
é o volume
de receitas
do setor de
franquias no
Brasil

ele, o franchising diminui o risco de investimento dos bancos, abrindo a possibilidade para que muita gente ingresse nesse mercado.

O setor de microfranquias nacional cresceu 22% em 2012, em relação ao ano anterior, passando de R\$ 3,7 bilhões para R\$ 4,5 bilhões. O número de redes cresceu 10%, de 336 para 368, enquanto o total de unidades evoluiu de 12.561 para 13.352, com expansão de 6%. “E vai crescer mais, porque é onde tem a possibilidade de haver maior número de franqueados, de pessoas com menor renda poderem virar um franqueado empreendedor”, disse.

O Brasil subiu uma posição no ranking mundial, ocupando a terceira colocação, atrás da China e dos Estados Unidos, graças ao crescimento de 19,4% observado no número de redes. Elas somaram 2.426, no ano passado, contra 2.031 redes existentes no ano anterior. O número de unidades de franquia subiu 12,3% no período, com um total de 104.543. O faturamento também aumentou 16,2% em 2012, em relação a 2011, de acordo com dados da Associação Brasileira de Franchising (ABF), atingindo R\$ 103,2 bilhões.

Para este ano, a meta é, pelo menos, repetir o crescimento observado em 2012. “Pelos projeções, a gente está muito próximo de finalizar o ano acima de dois dígitos e repetindo o aumento do ano passado”, declarou Beto Filho.

Durante a 7ª Rio Franchising Business, foram debatidos os rumos do mercado de franquias no país. O presidente da ABRF-RJ informou que a expansão obser

vada no ano passado repercute na geração de empregos no país. “Hoje, nós temos mais de 3 milhões de pessoas ligadas ao sistema de franquia”. O segmento criou no ano passado 103 mil novos postos de trabalho diretos, com aumento de 12,3%, resultando em mais de 3,7 milhões de empregos indiretos. Para 2013, a estimativa da ABF é elevar em 11% a criação de postos de trabalho.

Na opinião de Beto Filho, em situações de crise, o setor é o último a ser afetado e o primeiro a sair da crise. Outro fato curioso que ocorre nesse segmento é que, “normalmente, 95% das pessoas que adquirem franquias são ex-funcionários. Eles liberam uma vaga onde trabalhavam, viram empreendedores e passam a ser empregadores”. Ele considera muito importante esse movimento do empregador social causado pelo franchising.

16,2%

foi o crescimento do setor
em 2012, na comparação
com 2011

Depois de São Paulo, o estado do Rio de Janeiro é o segundo maior mercado de franquias no Brasil. “Proporcionalmente ao número de municípios, o resultado é muito parecido. Porque São Paulo tem muito mais cidades que o Rio. Em número de marcas e de faturamento, é muito proporcional ao tamanho”, disse. Os dados revelam que o Rio de Janeiro cresceu 17,7% em termos de faturamento, em 2012, e 17% em número de redes. O estado do Rio representa, atualmente, 12,6% do sistema de franquias nacional.



SHOPPING CHEIOS DE OPORTUNIDADES

Executivos podem ganhar até R\$ 30 mil por mês; ascensão do setor impacta em salários de profissionais



São Paulo - O segmento de shopping center no Brasil tem se mostrado crescente nos últimos anos. Só em 2012, mais de 27 shoppings center foram inaugurados - um recorde em comparação com os últimos 13 anos. Segundo dados da Abrasce, a expectativa para os próximos 3 anos são de 30 novos shoppings anuais em média.

O resultado positivo não só aumenta a perspectiva para o setor, mas também os salários dos executivos desses empreendimentos, informou uma pesquisa da consultoria Hay Group. “Nota-se um alto valor do salário fixo encontrado em comparação com o mercado geral, considerando empresas de diferentes segmentos de atuação e porte.”

Segundo a consultoria, a diferença se dá pelo fato de que o setor não necessite de uma grande massa de cargos, diferente de outros setores, como o de construção civil. O resultado são os altos salários para a alta gerência, como do diretor de operações, que tem um salário base mensal de R\$ 30 mil. Já gerente geral do segmento ganha, por mês, R\$ 23,4 mil. Confira:

Cargos	Salário base mensal
Diretor de operações	R\$ 30 mil
Gerente Geral Shopping II	R\$ 23,4 mil
Gerente financeiro (Administradora)	R\$ 17,7 mil
Gerente Comercial	R\$ 13,8 mil
Gerente financeiro (Shopping)	R\$ 12,5 mil
Advogado Sênior	R\$ 7,5 mil
Coordenador manutenção	R\$ 5,6 mil
Coordenador marketing	R\$ 5,6 mil
Coordenador qualidade	R\$ 4,3 mil
Executivo Mídia Mall	R\$ 3,1 mil
Supervisor/Encarregado estacionamento	R\$ 2,1 mil
Operador CFTV/Monitoramento	R\$ 1,2 mil

**Hay Group*

FUGINDO DO VERMELHO

Percentual de famílias endividadas tem segunda queda mensal consecutiva



Alana Gandra
Repórter da Agência Brasil

Rio de Janeiro - O percentual de famílias brasileiras endividadas atingiu 61,4% em setembro, o que representa uma queda em comparação a agosto (63,1%). Houve alta, porém, em relação ao mesmo mês do ano passado, quando o índice atingiu 58,9%, de acordo com a Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic Nacional), divulgada hoje (25) pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Os dados são apurados em todas as capitais dos estados, além do Distrito Federal, com cerca de 18 mil consumidores.

A economista da CNC Marianne Hanson informou que é a segunda queda consecutiva no percentual de famílias com dívidas. “Essa tendência recente de queda é compatível com o que a gente tem observado,

61,4%
das famílias
brasileiras
estavam
endividadas
em setembro,
abaixo
dos 63,1%
registrados
em agosto

tanto no mercado de crédito como nos indicadores de consumo das famílias, em especial das vendas no varejo.”

Marianne analisou que, na medida em que ocorre uma moderação no crescimento das concessões de empréstimos e das vendas de produtos atrelados ao crédito, as famílias se endividam menos. Para ela, o percentual ainda está em um patamar mais elevado em relação a setembro de 2012 porque, no primeiro semestre do ano, foi observada uma tendência de alta desse indicador. “Essa reversão é recente”.

O movimento decorre de uma cautela por parte do consumidor, destacou a economista. Nos seis primeiros meses deste ano, o volume de vendas cresceu apenas 3% em relação ao mesmo período do ano passado, acompanhado por uma expansão mais fraca do crédito, comparativamente ao ritmo que vinha sendo observado nos últimos anos. As famílias estão mais seletivas quanto à oferta de crédito, segundo Marianne. “O perfil de endividamento mudou e as famílias adotaram uma postura mais cautelosa diante de uma inflação maior e de uma incerteza em relação ao futuro e à desaceleração do mercado de trabalho”. Ela ressaltou que, por isso, nos últimos meses, as famílias reduziram o endividamento.

O mesmo fenômeno é observado em relação ao percentual de inadimplência, que alcançou 20,6% em setembro, mostrando recuo em comparação ao mês anterior (21,8%), mas elevação em relação a setembro de 2012 (19,1%). “Seguiu a mesma tendência de queda na comparação mensal e ligeira alta na comparação anual”, disse Marianne. Ela salientou que a própria redução do

endividamento favorece que a diminuição na proporção de famílias com contas em atraso.

De acordo com a economista, outro fator que contribuiu para isso foi o cenário mais positivo que começa a ser visto neste segundo semestre, apontado pela alta no indicador de confiança das famílias e pela desaceleração no ritmo de alta de preços. “Uma trégua na inflação. Isso faz com que as famílias consigam pagar suas contas em dia.”

O cartão de crédito continua liderando os principais tipos de dívida, desde o início da pesquisa, em 2010. Ele foi apontado por 73,2% das famílias, seguido do carnê, isto é, o crédito direto do lojista (18,2%) e pelo financiamento de carro (12,6%).

Uma tendência percebida também desde 2010 e que permaneceu na pesquisa de setembro é que as famílias mais endividadas são as que ganham menos de dez salários mínimos. Marianne informou que, nos últimos dois meses, foi registrada queda no percentual de famílias com dívidas, tanto na faixa de renda abaixo de dez salários quanto acima desse montante. Na comparação anual, houve alta.

“O que muda é em relação ao perfil de endividamento”, destacou a economista. No caso das famílias que ganham mais do que dez salários mínimos, os financiamentos de carro e de casa ocupam a segunda e a terceira posições, respectivamente, depois do cartão de crédito. Já para as famílias que recebem até dez salários, os principais tipos de dívida são cartão de crédito, carnês e crédito pessoal. “Esse crédito de mais longo prazo está concentrado mais para as famílias que ganham mais que dez salários mínimos”, destacou a economista.



O PESO DA SONEGAÇÃO

Sonegômetro mostra que calote aos cofres públicos passa de R\$ 304 bilhões



Daniel Lima
Repórter da Agência Brasil

Brasília – O calor aos cofres públicos passou de R\$ 304 bilhões, mostra o placar online da sonegação fiscal no Brasil, instalado no dia 25 perto do Congresso Nacional. Segundo o Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz), o valor daria para construir 10.566.231 postos de saúde equipados. O leitor que quiser consultar a ferramenta em tempo real e ver alguns exemplos do prejuízo que o país tem deve acessar o endereço www.sonegometro.com na internet.

Segundo os procuradores, se o Sonegômetro fosse um estado brasileiro, e o valor sonegado fosse colocado como seu Produto Interno Bruto (PIB), estaria em quarto lugar no

10,5 milhões
de postos de saúde poderiam ser construídos, não fosse a sonegação

ranking, perdendo apenas para São Paulo (R\$ 1,248 trilhão), Rio de Janeiro (R\$ 407 bilhões) e Minas Gerais (R\$ 351 bilhões).

O Sinprofaz destaca que não é só o volume do prejuízo que importa, mas a relação direta entre sonegação fiscal e corrupção. Por isso, a categoria considera importante esclarecer a população sobre o problema. A ação faz parte da Campanha Nacional da Justiça Fiscal “Quanto custa o Brasil pra você?”, criada pela entidade em 2009.

O valor estimado de sonegação tributária é superior a tudo que foi arrecadado em 2011 de Imposto de Renda (R\$ 278,3 bilhões). Para chegar ao índice de sonegação, o estudo selecionou tributos que correspondem ao 87,4% do total da arrecadação tributária no Brasil, entre eles os impostos de Renda, sobre Produtos Industrializados (IPI), sobre Operações Financeiras (IOF) e ,sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); as contribuições ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e sobre o Lucro Líquido (CSLL), além do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Para os procuradores, existem duas situações: em uma delas, encontra-se a grande maioria dos cidadãos, que precisa trabalhar até quatro meses por ano só para pagar impostos. Na outra, “muito bem camuflada” está uma minoria que se beneficia das diversas brechas da legislação tributária, do sucateamento da Advocacia-Geral

da União (AGU) e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), fazendo fortuna e alimentando os caixas da corrupção, da lavagem de dinheiro e do crime organizado, explicam os procuradores.

“Indiferente e acomodado, o governo prefere repassar a conta para o cidadão, que suporta uma das maiores cargas tributárias do mundo”, destaca o Sinfra.

O secretário adjunto da Receita Federal, Luiz Fernando Teixeira Nunes, no entanto, garante que existe um esforço, pelo menos por parte do Fisco, para mudar tal realidade. “Não trabalho com esses números, que são do âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional, uma fase seguinte da cobrança dos créditos tributários. A visão da Receita Federal, sim, é que nós aperfeiçoamos os instrumentos de cobranças aos grandes contribuintes”, disse Nunes.

O secretário lembrou que foram criadas delegacias especializadas e preparadas para trabalhar com os grandes contribuintes para combater a sonegação. “Então, há, sim, cobrança de impostos dos assalariados, da classe média, mas também foram aperfeiçoados os instrumentos de cobrança em relação aos grandes contribuintes.”

Luiz Fernando Nunes lembrou que o Fisco tem pessoas treinadas e capacitadas, que procuram atuar firmemente em relação a esses contribuintes. “Há delegacias especializadas no Rio de Janeiro e em São Paulo apenas para trabalhar com os chamados grandes contribuintes.”



CRÉDITO GARANTIDO

Sociedades de Garantia de Crédito defendem marco regulatório para o setor



*Cristina Indio do Brasil
Repórter da Agência Brasil*

Rio de Janeiro - As Sociedades de Garantia de Crédito (SGC), que atendem a micro e pequenas empresas, defenderam a implantação de um marco regulatório durante o 18º Fórum Ibero-Americano de Sistemas de Garantias e Financiamento para as Micro e Pequenas Empresas, organizado pelo Sebrae e pela Rede Ibero-Americana de Garantias (Regar).

Para o consultor do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro do Banco Central (BC), Cleofas Salviano Júnior, que participou do evento, o marco deve resultar de um debate entre o governo, as empresas e parceiros, como o Sebrae. O Banco Central estuda uma proposta para a regulação, mas ainda não há perspec-

**R\$ 500
milhões**
deve ser o
volume de
garantias do
setor em 2016

tivas de quando ficará pronta.

O diretor-técnico do Sebrae, Carlos Alberto dos Santos, informou que o setor tem, atualmente, R\$ 45 milhões em garantias com bancos e cooperativas e deve atingir R\$ 500 milhões até o fim de 2016. “Isso está crescendo, de forma muito rápida. A autoridade monetária [Banco Central] começa a olhar com os olhos que é da função do Banco Central. Trata-se aqui também da gestão de riscos de créditos”, explicou à Agência Brasil.

Segundo o Sebrae, as sociedades representam uma alternativa para quem busca recursos para investir em um pequeno negócio e encontra barreiras na hora de apresentar garantias às instituições financeiras. “São entidades que disponibilizam às associadas recursos financeiros, privados ou públicos, com o objetivo de prestar garantia complementar (aval) às operações das micro e pequenas empresas associadas”, além de prestar assessoria empresarial.

O presidente da Garantiserra, criada em 2003 e a primeira SGC do Brasil, Angelo Mestriner, espera que em 2015 o setor já tenha um marco regulatório. “Hoje, o sistema financeiro não nos reconhece como entidade formal”, disse. Ele lembrou que as sociedades surgiram no momento em que as micro e pequenas empresas enfrentavam grande dificuldade em conseguir crédito no mercado.

“Hoje está mais fácil. Os bancos oficiais, como o Banco do Brasil, oferecem crédito e baixam as taxas de juros. Mas antes as dificuldades das empresas eram grandes”, contou.

O consultor do Banco Central, Cleofas Salviano, avalia que o sistema de cooperativas de crédito pode ser um ponto de partida para a formulação do marco regulatório. O presidente da Garantiserra também defendeu o modelo. “Nós somos altamente similares a uma cooperativa. O que está se pensando é adaptar a regulamentação do cooperativismo, trocar uns detalhes e já teremos 90% do caminho andado para a regulamentação”, disse Mestriner.

Atualmente, estão em operação cinco Sociedades de Garantia de Crédito no país. Mais sete devem começar a operar até o fim do ano em Minas Gerais, na Paraíba, no Rio de Janeiro e no Paraná. Para 2014, a expectativa é a criação de nove em Goiás, no Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, no Tocantins e em Minas Gerais.

